

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE-SC

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 50/2022

JULGAMENTO DOS RECURSOS

Português

Agente de Controle Interno, Assistente Social, Cirurgião Dentista, Professor AEE (Atendimento Educacional Especializado - 40 Horas Semanais), Professor Anos Iniciais (20 H Semanais), Professor Anos Iniciais (40 H Semanais), Professor De Educação Física, Professor De Educação Infantil (40h Semanais) e Arquiteto

Questão 01

Primeiramente, esta Banca esclarece que a referência para a elaboração das questões de língua portuguesa deste Concurso é a gramática normativa, obra que compila as regras de funcionamento e uso do português padrão do Brasil e que tem por base a Teoria Linguística. Não fazemos uso de manuais que regulamentam o uso da língua escrita em áreas específicas.

Assim, para fins de argumentação, utilizaremos, em relação aos recursos da questão 01, a obra “A vírgula”, do gramático Celso Pedro Luft.

Analisemos as sentenças das alternativas da questão:

a) Não se separa por vírgula o verbo auxiliar (“venho”) do verbo principal (“comunicar”); “ou duas [vírgulas] ou nenhuma”, sugere o autor: Venho, pela presente carta, comunicar... – assim estaria correto (p. 81).

b) “de Machado de Assis” e “de Raul Pompeia” são apostos internos, os quais devem ser precedidos e seguidos de vírgula, mesmo com a presença da conjunção E (p. 26). Portanto, o uso da vírgula está correto.

c) O advérbio “talvez”, que rege o modo subjuntivo, tem com esse modo verbal uma “ligação íntima” (devido ao caráter de “dúvida” de ambos); separá-los por vírgula é quebrar o fluxo de sentido da frase, caracterizando pontuação incorreta (p. 33-34).

d) Não se separa com vírgula o sujeito e o verbo a ele ligado (p. 32).

e) “Todavia”, quando no interior da frase, mas não da oração, não é seguido de vírgula, uma vez que se sinaliza como intercalado um elemento inicial de oração (p. 50). “... todavia não tirou uma boa nota” está correto sem a vírgula, pois a conjunção inicia a segunda oração do período.

Diante do exposto, a única alternativa que apresenta o uso correto da vírgula é a letra B, constante no gabarito.

Referência:

LUFT, C.P. *A vírgula*. São Paulo: Ática, 2002.

Recurso indeferido.

Questão 04

A palavra “óstia” não faz parte do léxico oficial do português brasileiro, não há registro da mesma em dicionários consagrados de nosso idioma (como o Caldas Aulete e Aurélio), tampouco está registrada como ocorrência pelo VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa).

É importante observar que o Dicionário Priberam traz o léxico do português de Portugal; a prova de língua portuguesa deste Concurso contempla o português do Brasil.

Recurso indeferido.

Questão 05

Analisemos cada sentença das alternativas da questão 05 quanto à classificação do sujeito:

a) O sujeito é oculto: (nós) não temos...

- b) O sujeito é paciente, pois a oração está na voz passiva sintética, indicada pela partícula apassivadora “se”.
- c) O sujeito é oculto: (eu) faço exercícios...
- d) Basta de reclamações! – “basta” é interjeição que indica suspensão, sinônima de “Chega!”, por exemplo. Trata-se de uma oração sem verbo e sem sujeito.
- e) O sujeito é indeterminado: (quem?) disseram que...

Recurso indeferido.

Questão 08

A questão não apresenta erro material: “acutíssimo” é registrado nas gramáticas como o superlativo de “agudo”. As demais alternativas da questão apresentam superlativos incorretos dos adjetivos dados, segundo a gramática normativa. É importante mencionar que a questão pede que se identifique o superlativo correto dos adjetivos dados: mesmo que se admita a existência da variante coloquial “agudíssimo”, “acutíssimo” continua correta como superlativo de “agudo”.

Recurso indeferido.

Questão 09

A questão não apresenta erro material: o enunciado está claro quanto a seu objetivo. É um padrão das questões elaboradas por nossa empresa o uso da letra maiúscula no início das alternativas, o que não compromete o entendimento do enunciado, tampouco das opções de resposta. É uma questão sobre ortografia – a letra maiúscula inicial não interfere na escolha do candidato da alternativa que traz a escrita correta da palavra a ser usada nas frases dadas, pois cada uma dessas palavras está devidamente contextualizada. Ainda, tomemos como exemplo o “por que”, separado e sem acento, que pode ocorrer em início de frase interrogativa e, portanto, com letra maiúscula, como também em meio de frase, com letra minúscula.

Recurso indeferido.

Questão 10

Quando falamos em concordância verbal, devemos, necessariamente, falar de desinências, que são “marcas” presentes na forma conjugada dos verbos e que nos indicam à qual pessoa (1ª, 2ª ou 3ª, do singular ou plural) o verbo se refere na sua relação com o sujeito.

Tomemos como exemplo o verbo “visitar”; se conjugado na 1ª pessoa do presente do indicativo, temos “eu visito”. Para que essa conjugação fosse possível, retirou-se a desinência de infinitivo (-ar) e acrescentou-se a desinência -o, que se repetirá em vários outros verbos quando também conjugados na 1ª pessoa do presente indicativo: eu caminho, canto, ando, rio, durmo, corro, etc. Concluimos, assim, que -o é uma desinência de 1º pessoa do singular – “eu”, como também do tempo presente do indicativo.

Outras desinências marcam os outros tempos verbais e as outras pessoas (tu, ele/a, nós, vós, eles/as). Se “erramos” as desinências, estamos diante de um erro de concordância verbal: “eles anda” está incorreto, pois a desinência de 3ª pessoa do plural (eles/as) do presente do indicativo do verbo “andar” é -am. Então, para haver a concordância, deve-se corrigir a desinência - “andam”.

Ocorre, porém, que nem todos os verbos apresentam essas desinências, que é o caso do verbo “ter” na 3ª pessoa do singular/plural, que apresenta a mesma forma na fala (são homófonas).

Se a forma é a mesma na fala, como identificar, então, o número da pessoa na escrita?

Na falta de desinências específicas, restou à ortografia fazer a distinção, através do uso do chamado acento diferencial (que não marca sílaba tônica), abolido na maioria das palavras pelo Acordo Ortográfico vigente, porém mantido em outras. Temos, assim, na escrita: Ele/a tem, eles/as têm.

A dúvida, aqui, é: se omitirmos, na escrita, o acento de “tem” quando usado no plural, estamos diante de um erro de concordância ou de ortografia? Se considerarmos que a concordância é uma questão de flexão do verbo e caracterizada, principalmente, pelo uso das desinências, e que o acento gráfico

não é uma desinência verbal de tempo ou pessoa/número, é apenas, nesse caso, um elemento distintivo da língua escrita (não é flexional), a resposta é que se trata de um erro ortográfico, pois diz respeito à acentuação do verbo e não à sua estrutura – “tem” admite ser acentuado por ser monossílabo tônico formado por ditongo nasal.

Tanto isso é legítimo que o próprio Acordo Ortográfico manteve a regra do acento de “têm”, justamente para que se configurasse uma marca de plural – inexistente na forma verbal – na escrita (cf. SENADO FEDERAL. Acordo ortográfico da língua portuguesa. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. p. 20).

Diante do exposto, a alternativa correta é a letra B , constante no gabarito.

Recurso indeferido.

Atendente de Biblioteca, Auxiliar de Classe e Técnico em Enfermagem

Questão 05

“Sírio-libanês” é um adjetivo pátrio/gentílico (que se refere a nacionalidade ou lugar de origem. Ex.: meu avô é sírio-libanês) e que, inclusive, está dicionarizado. A palavra existe na língua, o que não impede que instituições privadas a adotem como nome próprio.

Recurso indeferido.

Questão 06

Uma das estruturas do predicado classificado como verbo-nominal é verbo intransitivo + predicativo do sujeito, que é exatamente a estrutura da oração da alternativa D: “chegou” (verbo intransitivo) + “alegre” (predicativo do sujeito).

Na alternativa A, temos predicado nominal: verbo de ligação (está) + predicativo do sujeito (alto).

Importante é observar que temos poucos verbos de ligação – que formam predicados nominais - no português: ser, estar, ficar, parecer, permanecer, continuar e tornar-se.

Recurso indeferido.

Motorista de Ambulância e Recepcionista

Questão 01

No Conteúdo Programático de língua portuguesa do Edital deste Concurso há o item “escritas corretas”, o que, em termos gramaticais, corresponde à ortografia.

O acento gráfico, quando presente em um determinado vocábulo, faz parte de sua escrita: se a palavra for obrigatoriamente acentuada e escrita sem o acento, sua grafia estará incorreta.

A acentuação gráfica, portanto, está pressuposta na “escrita correta” de uma palavra que leva acento – se o candidato conhece essa escrita, sabe que essa palavra deverá ser acentuada mesmo sem o conhecimento de regras.

Dessa forma, não se trata de uma questão de acentuação gráfica, mas sim de saber como uma determinada palavra é corretamente escrita.

Recurso indeferido.

Questão 02

No Conteúdo Programático de língua portuguesa do Edital deste Concurso há os itens “significado das palavras” e “escritas corretas”; ambos os itens dizem respeito, respectivamente, a como as palavras devem ser escritas e seu uso em um contexto (significado).

Na questão 02, de fato, temos palavras chamadas de “homófonas” – que têm o mesmo som na fala; porém, nas sentenças apresentadas no enunciado, essas palavras estão em um contexto específico e estão escritas. O que está sendo exigido do candidato? Saber a ESCRITA CORRETA da palavra naquela sentença dada, identificando, para tanto, o SIGNIFICADO da mesma.

Tomemos como exemplo a sentença I – “Espero que vocês viagem tranquilamente”. Trata-se de uma palavra de uso corrente e comum, encontrada em diferentes situações em mensagens na TV, na

internet, em propagandas de agências, placas de trânsito, etc.: “boa viagem”, “viajem com segurança”, “pague sua viagem em x vezes”, “a viagem dos seus sonhos”...

A questão não pretende avaliar se o candidato sabe que “viagem” e “viajem” são “homófonas”, mas sim se reconhece seu uso com base em seu repertório lexical adquirido ao longo da vida, em seu cotidiano, em suas leituras, enfim, em suas atividades como usuário da língua.

Não se trata, portanto, de saber se uma palavra é homófona, homógrafa ou parônima (isso é teoria gramatical e não está no enunciado), mas sim de conhecer a palavra em uso e sua consequente grafia na língua escrita, conteúdos previstos, como já mencionado, no Edital deste Concurso.

Recurso indeferido.

Questão 03

A questão 03 versa sobre “significado das palavras” – item presente no Conteúdo Programático de língua portuguesa deste Concurso. Destacamos que a palavra é usada em um contexto, justamente para não caracterizar a sinonímia em si, o que poderia ocorrer se a palavra estivesse isolada e a questão se resumiria em uma simples substituição de uma palavra por outra; ainda, o fato de duas palavras serem sinônimas não significa que as mesmas sejam sempre intercambiáveis, uma vez que – reiteramos – é o contexto que determina seu significado.

Recurso indeferido.

Questão 07

As questões deste Concurso versam sobre o português do Brasil e têm como referência para sua elaboração a gramática normativa; isso não significa que não usamos palavras estrangeiras, como a citada pelo candidato, porém é importante que façamos alguns esclarecimentos.

A questão 07 é sobre ortografia; contempla, portanto, as regras ortográficas relacionadas às palavras – devidamente dicionarizadas – de nosso léxico, regras essas contidas em nossas gramáticas, bem como nos manuais do Acordo Ortográfico vigente. Em consulta a gramáticas/dicionários consagrados da língua portuguesa, bem como ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), não encontramos menção ou verbete com a palavra “pixe” como substantivo próprio; portanto, a palavra, não pertencendo oficialmente à nossa língua, não está sujeita às regras anteriormente mencionadas, o que não faz sentido exigir dos candidatos deste Concurso o conhecimento de sua escrita, salvo em eventuais questões nas quais ocorram estrangeirismos, os quais certamente estariam, se fosse o caso, devidamente sinalizados como tal e com propósitos específicos.

Recurso indeferido.

Matemática

Agente de Controle Interno

Questão 11

Resolução: $\frac{14}{\sqrt{28}} + \frac{9}{\sqrt{27}} = \frac{2.7}{2.\sqrt{7}} + \frac{3.3}{3.\sqrt{3}} = \frac{7}{\sqrt{7}} \cdot \frac{\sqrt{7}}{\sqrt{7}} + \frac{3}{\sqrt{3}} \cdot \frac{\sqrt{3}}{\sqrt{3}} = \frac{7\sqrt{7}}{7} + \frac{3\sqrt{3}}{3} = \sqrt{7} + \sqrt{3} = \sqrt{3} + \sqrt{7}$. Alternativa correta, letra A.

Recurso indeferido.

Arquiteto

Questão 11

Resolução: $\frac{14}{\sqrt{28}} + \frac{9}{\sqrt{27}} = \frac{2.7}{2.\sqrt{7}} + \frac{3.3}{3.\sqrt{3}} = \frac{7}{\sqrt{7}} \cdot \frac{\sqrt{7}}{\sqrt{7}} + \frac{3}{\sqrt{3}} \cdot \frac{\sqrt{3}}{\sqrt{3}} = \frac{7\sqrt{7}}{7} + \frac{3\sqrt{3}}{3} = \sqrt{7} + \sqrt{3} = \sqrt{3} + \sqrt{7}$. Alternativa correta, letra A.

Recurso indeferido.

Auxiliar de Classe

Questão 15

O candidato afirma que o conectivo “e” deveria ser colocado no lugar do “ou”. Porém, realmente o conectivo é “ou”, considera-se todas as possibilidades devido a pergunta sobre todas as maneiras possíveis que se pode pintar o desenho, utiliza-se o princípio multiplicativo. Resposta correta: $3 \times 3 \times 4 = 36$. Alternativa correta, letra C.

Recurso indeferido.

Cirurgião Dentista

Questão 11

O candidato afirma que a simplificação não está no conteúdo do edital, apenas a racionalização, mas está no edital, que traz: “Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores”. Resolução: $\frac{14}{\sqrt{28}} + \frac{9}{\sqrt{27}} = \frac{2.7}{2.\sqrt{7}} + \frac{3.3}{3.\sqrt{3}} = \frac{7}{\sqrt{7}} \cdot \frac{\sqrt{7}}{\sqrt{7}} + \frac{3}{\sqrt{3}} \cdot \frac{\sqrt{3}}{\sqrt{3}} = \frac{7\sqrt{7}}{7} + \frac{3\sqrt{3}}{3} = \sqrt{7} + \sqrt{3} = \sqrt{3} + \sqrt{7}$. Alternativa correta, letra A.

Recurso indeferido.

Questão 12

O candidato afirma que o enunciado leva a dúvidas. O enunciado é bem claro, trata-se de uma divisão do valor R\$10635,00 em partes diretamente proporcionais aos números 7, 3 e 5 e pede-se as partes respectivamente. Somando 7, 3 e 5, temos 15. O valor R\$ 10635,00 dividido por 15 resulta R\$ 709,00. Daí: R\$ 709,00x7 = R\$ 4963,00, R\$ 709,00x3 = R\$ 2127,00, R\$ 709,00x5 = R\$ 3545,00. Alternativa correta, letra C.

Recurso indeferido.

Questão 14

Se o valor do montante é R\$ 12750,37 e o valor do capital é R\$ 12379,00, então o valor dos juros é R\$ 371,37. Utilizando a fórmula $J = C.i.t$ e substituindo os valores, temos: $371,37 = 12379.i.10$, logo $i = 0,003 = 0,3\%$. Alternativa correta, letra C.

Recurso indeferido.

Professor Anos Iniciais (40 horas)

Questão 14

Se o valor do montante é R\$ 12750,37 e o valor do capital é R\$ 12379,00, então o valor dos juros é R\$ 371,37. Utilizando a fórmula $J = C.i.t$ e substituindo os valores, temos: $371,37 = 12379.i.10$, logo $i = 0,003 = 0,3\%$. Alternativa correta, letra C.

Recurso indeferido.

Professor de Educação Física

Questão 11

O candidato afirma que a simplificação não está no conteúdo do edital, apenas a racionalização, mas está no edital, que traz: “Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores”. Resolução: $\frac{14}{\sqrt{28}} + \frac{9}{\sqrt{27}} = \frac{2.7}{2.\sqrt{7}} + \frac{3.3}{3.\sqrt{3}} = \frac{7}{\sqrt{7}} \cdot \frac{\sqrt{7}}{\sqrt{7}} + \frac{3}{\sqrt{3}} \cdot \frac{\sqrt{3}}{\sqrt{3}} = \frac{7\sqrt{7}}{7} + \frac{3\sqrt{3}}{3} = \sqrt{7} + \sqrt{3} = \sqrt{3} + \sqrt{7}$. Alternativa correta, letra A.

Recurso indeferido.

Professor Educação Infantil (40 horas)

Questão 11

O candidato afirma que a simplificação não está no conteúdo do edital, apenas a racionalização, mas está no edital, que traz: “Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores”. Resolução: $\frac{14}{\sqrt{28}} + \frac{9}{\sqrt{27}} = \frac{2.7}{2.\sqrt{7}} + \frac{3.3}{3.\sqrt{3}} = \frac{7}{\sqrt{7}} \cdot \frac{\sqrt{7}}{\sqrt{7}} + \frac{3}{\sqrt{3}} \cdot \frac{\sqrt{3}}{\sqrt{3}} = \frac{7\sqrt{7}}{7} + \frac{3\sqrt{3}}{3} = \sqrt{7} + \sqrt{3} = \sqrt{3} + \sqrt{7}$. Alternativa correta, letra A.

Recurso indeferido.

Questão 14

Se o valor do montante é R\$ 12750,37 e o valor do capital é R\$ 12379,00, então o valor dos juros é R\$ 371,37. Utilizando a fórmula $J = C.i.t$ e substituindo os valores, temos: $371,37 = 12379.i.10$, logo $i = 0,003 = 0,3\%$. Alternativa correta, letra C.

Recurso indeferido.

Técnico em Enfermagem

Questão 11

O candidato afirma que não utilizam frações no trabalho. As questões são referentes ao conteúdo programático e não ao curso a que se refere.

Recurso indeferido.

Questão 12

Resolução: 16% corresponde ao valor de R\$ 140,64, então 100% corresponde ao valor de R\$ 879,00. Encontramos o valor sem o desconto, atente-se que o enunciado pede o valor com o desconto: R\$ 879,00 – R\$ 140,64 = R\$ 738,36. Alternativa correta, letra D.

Recurso indeferido.

Específicas

Agente de Controle Interno

Questão 16

O tema plano de contas, conforme consta no edital, é um assunto amplo, sendo utilizado por todas as entidades, seja pública ou privada, abrangidas pelo campo de atuação da contabilidade, o fato de o plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) possuir regras próprias e estrutura com naturezas de informação a mais que a contabilidade geral, não inviabiliza a cobrança em prova, pois é obrigatório a sua utilização por todos órgãos públicos. Inclusive este conhecimento faz parte das atribuições do cargo: “Examinar e analisar os procedimentos da tesouraria, saldo de caixa, pagamentos, recebimentos, cheques, empenhos, aplicações financeiras, rendimentos, **plano de contas**, escrituração contábil, balancetes”. O Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade dita as regras tanto para a contabilidade geral quanto a contabilidade pública, vale salientar que o PCASP editado pela STN, segue as regras das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), está divulgado em seu site e é de conhecimento amplo e geral, não demonstrando nenhuma restrição a nenhum dos candidatos.

Fonte para o PCASP: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2022/114?ano_selecionado=2022

Recurso indeferido.

Questão 17

O tema plano de contas, conforme consta no edital, é um assunto amplo, sendo utilizado por todas as entidades, seja pública ou privada, abrangidas pelo campo de atuação da contabilidade, o fato de o plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) possuir regras próprias e estrutura com naturezas de informação a mais que a contabilidade geral, não inviabiliza a cobrança em prova, pois

é obrigatório a sua utilização por todos órgãos públicos. Inclusive este conhecimento faz parte das atribuições do cargo: “Examinar e analisar os procedimentos da tesouraria, saldo de caixa, pagamentos, recebimentos, cheques, empenhos, aplicações financeiras, rendimentos, **plano de contas**, escrituração contábil, balancetes”. O Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade dita as regras tanto para a contabilidade geral quanto a contabilidade pública, vale salientar que o PCASP editado pela STN, segue as regras das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), está divulgado em seu site e é de conhecimento amplo e geral, não demonstrando nenhuma restrição a nenhum dos candidatos.

Fonte para o PCASP: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2022/114?ano_selecionado=2022

Recurso indeferido.

Questão 19

O termo máximo foi usado de forma equivocada, o correto é mínimo, deste modo, o correto é a Receita Corrente Líquida (RCL) a ser apurada deve ser de, no **mínimo** R\$ 28,75 milhões.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 20

Por erro na formulação da questão o que prejudicou o entendimento a questão será anulada.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 22

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, o princípio da Universalidade estabelecido, de forma expressa pelo caput do art. 2º da Lei 4.320/ 1964, recepcionado e normatizado pelo §5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O conceito apresentado na alternativa A: “o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento, visando evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política” refere-se ao princípio da **unidade**, sendo assim a alternativa A está incorreta, a alternativa C trocou universalidade por orçamento bruto, a alternativa D trocou orçamento bruto por totalidade e a alternativa E a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária representa exceção ao princípio da não-afetação de receita de impostos, restando apenas a alternativa B como única correta.

Recurso indeferido.

Questão 23

Restos a pagar processados:

Despesas empenhadas e liquidadas que não foram pagas até o final do exercício, ou seja, total das despesas liquidadas subtraído as despesas pagas.

Despesas Correntes: 9.000.000,00 - 8.750.000,00 = 250.000,00

Despesas de Capital: 6.000.000,00 - 5.750.000,00 = 250.000,00

Restos a pagar processados: 500.000,00

Restos a pagar não processados:

Despesas empenhadas que não foram liquidadas e nem pagas até o final do exercício, ou seja, total das despesas empenhadas subtraído as despesas liquidadas. Neste caso não podemos subtrair as despesas empenhadas das pagas, haja visto, que há um montante de despesas que foram liquidadas, mas ainda não pagas, de maneira, que não podemos inclui-las no cálculo de restos a pagar **não** processados.

Despesas Correntes: 9.250.000,00 - 9.000.000,00 = 250.000,00

Despesas de Capital: 6.500.000,00 - 6.000.000,00 = 500.000,00

Restos a pagar não processados: 750.000,00

Sendo assim, o valor de restos a pagar não processados é 750.000,00, o que torna a alternativa C a única correta.

Recurso indeferido.

Questão 26

A referida questão pede que o candidato assinale a alternativa **incorreta** sobre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), o gabarito da questão é a letra C “a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, apenas resultantes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, apurado pela diferença entre as variações patrimoniais qualitativas aumentativas e diminutivas, o valor apurado passa a compor o saldo financeiro do Balanço Patrimonial do exercício”.

A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou **independente** da execução orçamentária. O termo “qualitativas” seria “quantitativa”, e o valor apurado passa a compor o saldo **patrimonial** do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. Sendo assim, a alternativa C está incorreta conforme pede o comando da questão.

O recurso menciona que a alternativa A está incorreta, contudo o conceito foi extraído do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional que é de amplo conhecimento e representa a base para a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, sendo seu uso obrigatório a todos as entidades públicas abrangidas pelo MCASP. Vejamos o que traz a letra A:

“a) o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e são especificadas a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação, já as despesas são demonstradas por categoria econômica, Grupo de Natureza de Despesa e são discriminadas por dotação inicial, dotação atualizada, as despesas empenhadas, despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação”.

A classificação por Natureza de Receita Orçamentária é composta por um código de oito dígitos numéricos que representam: a **Categoria Econômica**, a **Origem**, a Espécie, os Desdobramentos e o Tipo de Receita. Sendo assim, a alternativa “A” está correta e como o enunciado pede a alternativa **incorreta**, o gabarito continua sendo “C”.

Recurso indeferido.

Questão 27

O conteúdo programático traz o termo “Técnicas de Elaboração Orçamentária”, a questão trata das funções do orçamento, vejamos, para promover o bem comum da coletividade, o Governo intervém na economia, elaborando o Orçamento Público buscando formas de utilizar as funções orçamentárias: função alocativa, função distributiva e função estabilizadora, para alcançar seus objetivos, ou seja, funções do orçamento é um assunto intrinsecamente ligado a Técnicas de Elaboração Orçamentária.

A questão pergunta qual das funções do orçamento público o Estado está visando quando aumenta seus gastos em programas de **preservação de emprego**, como ocorreu no período de pandemia do Covid19, visando **garantir uma renda** aos cidadãos brasileiros, como foi o caso da criação do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda.

De acordo com a fonte citada pelo candidato: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-85-o-orcamentopublico-e-a-automacao-do-processo-orcamentario>

“Em termos macroeconômicos, a política fiscal por meio do Orçamento Público visa promover ajustes para que a economia atinja adequado nível de estabilidade. Essa função **estabilizadora** é importante com vistas a um **alto nível de emprego**, um grau razoável de estabilidade nos preços, **equilíbrio no balanço de pagamentos** e uma aceitável taxa de crescimento econômico”.

Segundo o livro Orçamento público, administração financeira e orçamentária e LRF / Augustinho Vicente Paludo. 8ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO: 2018:

Função distributiva: visa tornar a sociedade menos desigual em termos de renda e riqueza, por meio da tributação e de transferências financeiras, subsídios, incentivos fiscais, alocação de recursos em camadas mais pobres da população (ex: *programa “Bolsa Família”*, destinação de recursos para o SUS, educação básica). O governo tributa e arrecada de quem pode pagar e os distribui/redistribui a quem tem pouco ou nada têm, através de programas sociais.

Função estabilizadora: é a aplicação das diversas políticas econômico-financeiras a fim de ajustar o nível geral de preços (controle da inflação), **melhorar o nível de emprego**, estabilizar a moeda e promover o **crescimento econômico**, mediante instrumentos de política monetária, cambial e fiscal, ou outras medidas de intervenção econômica (controles por leis, limitação etc.) capazes de aumentar ou diminuir o nível da demanda agregada.

Desta forma com a criação de um programa para prevenção do emprego, o Estado utiliza-se da função estabilizadora para que os trabalhadores não percam sua renda e não cause um impacto negativo na economia.

Recurso indeferido.

Questão 28

A questão pede o conceito correto sobre a classificação da receita pública, trazendo o gabarito E: receita derivada são as receitas obtidas em função da soberania do Estado, por meio de tributos, penalidades, **indenizações**, essa receita é derivada porque deriva do patrimônio dos particulares, da sociedade em geral.

A definição está correta, contudo o termo “indenizações” não é um exemplo de receita derivada e sim originária, indenização significa: **compensação** de um prejuízo, perda, recompensa, restituição. Um exemplo de compensação financeira é a receita por royalties, que é uma receita originária, é uma compensação pelo uso de um patrimônio público. Desta forma como não há alternativa correta a questão deve ser anulada.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 30

A questão trata sobre “Atos Administrativos” assunto previsto do conteúdo programático (anexo II) para este cargo. A questão não exige conhecimentos de direito penal, visto que no enunciado já afirma que ele cometeu o crime de usurpação de função pública, mas sim pergunta qual seria a classificação deste ato administrativo. Que no caso é um ato inexistente.

Recurso indeferido.

Arquiteto

Questão 18

As alternativas A e D não são iguais, uma considera a fundação como profunda e a outra como superficial. Além disso nenhuma delas atende ao solicitado na questão, sendo correta a alternativa B.

Recurso indeferido.

Questão 21

Os elementos de telhado recebem diferentes nomenclaturas dependendo de regiões ou no nível em que é tratado, construtores, carpinteiros ou na literatura.

Entretanto, nenhuma das demais alternativas traz correlações corretas sobre os itens apontados, sendo apenas a D correta.

Recurso indeferido.

Questão 22

Os elementos de telhado recebem diferentes nomenclaturas dependendo de regiões ou no nível em que é tratado, construtores, carpinteiros ou na literatura.

Entretanto, nenhuma das demais alternativas traz correlações corretas sobre os itens apontados, sendo apenas a D correta.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 24

Como não é citado nenhuma projeção superior, não há como se concluir que haverá, sendo assim o que é afirmado na alternativa C está correto, a área citada corresponde a máxima possível segundo a taxa de ocupação descrita.

Recurso indeferido.

Questão 26

O candidato menciona duas leis diferentes que tratam de formas divergentes o tema “licitações”. Como não foi citada qual a norma utilizada na elaboração da questão, esta deve ser anulada.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Assistente de Farmácia

Questão 16

No edital consta em conteúdo programático todos os temas cobrados na prova.

Recurso indeferido.

Questão 17

No edital consta em conteúdo programático todos os temas cobrados na prova.

Recurso indeferido.

Questão 23

O nome do medicamento possui grafia incorreta.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 26

A questão possui mais de uma alternativa correta.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 27

Os AINES inibem, de forma variável, ambas as isoformas COX em suas dosagens terapêuticas. Razões de IC50 para COX-1 e 2 têm sido calculadas para avaliar a capacidade de inibição de cada isoforma. Uma baixa relação COX-2/COX-1 implica em ser o agente relativamente seletivo para COX-2. A aspirina é seletivo de COX -1. Diclofenaco, ibuprofeno e piroxicam são inibidores não seletivos da COX.

Reclassificação dos AINES			
Inibidores seletivos da COX-1	Inibidores não seletivos da COX-1	Inibidores seletivos da COX-2	Inibidores altamente seletivos da COX-2
aspirina	aspirina (altas doses) indometacina piroxicam diclofenaco ibuprofeno nabumetona	meloxicam etodolaco nimesulida salicilato	celecoxib refecoxib

Fonte: Farmacologia (Penildon Silva, 2002)

Recurso indeferido.

Questão 28

A questão possui mais de uma alternativa correta.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Atendente em Consultório Dentário

Questão 20

A questão pede qual NÃO é uma das diretrizes da PNH – alternativa D.

“...a **gestão participativa** é um valioso instrumento para a construção de mudanças nos modos de gerir e nas práticas de saúde, contribuindo para tornar o atendimento mais eficaz/efetivo e motivador para as equipes de trabalho. A cogestão é um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer coletivo, sendo portanto uma diretriz ético política que visa democratizar as relações no campo da saúde”.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Gestão participativa e cogestão / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

A **Clínica Ampliada** reconhece que, em um dado momento e situação singular, pode existir uma predominância, uma escolha, ou a emergência de um enfoque ou de um tema, sem que isso signifique a negação de outros enfoques e possibilidades de ação.

...

A complexidade da clínica em alguns momentos provoca sensação de desamparo no profissional, que não sabe como lidar com essa complexidade. O reconhecimento da complexidade deve significar o reconhecimento da **necessidade de compartilhar** diagnósticos de problemas e propostas de solução. Este compartilhamento vai tanto na direção da equipe de saúde, dos serviços de saúde e da ação intersectorial, como no sentido dos usuários. Ou seja, por mais que frequentemente não seja possível, diante de uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, uma solução mágica e unilateral, se aposta que aprender a fazer algo de forma compartilhada é infinitamente mais potente do que insistir em uma abordagem pontual e individual.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de

Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 64 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Recurso indeferido.

Questão 24

O termo “seguintes” causou inconsistência ao enunciado.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 28

Existe discordância literária no tema de questão.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 30

A alternativa correta é letra B - único instrumento considerado não crítico é a Pinça porta grampo
A colher de dentina é semicrítica.

Recurso indeferido.

Auxiliar de Classe

Questão 24

No conteúdo programático do cargo de auxiliar de classe está mencionado que é o a Constituição da República Federativa do Brasil. Portanto recurso indeferido. A alternativa correta é a letra “B”.

Recurso indeferido.

Questão 25

A pergunta foi tirada do Manual de Redação e de Atos Oficiais, que esta devidamente previsto no conteúdo programático do cargo. “AUXILIAR DE CLASSE Redação Oficial. Aspectos Gerais. Identidade Visual. Atos Oficiais: Medidas, Sistemática dos Instrumentos Normativos – artigos, parágrafos, incisos, alíneas, observações gerais e encaminhamento. Elaboração de documentos; Normas Gerais de Elaboração, siglas e acrônimos, vícios de linguagem, hífen, destaques – itálico, aspas, negrito, maiúsculas, minúsculas, enumerações, grafia de numerais, fecho para comunicações, identificação do signatário, autoridades - forma de tratamento, abreviatura, vocativo, destinatário e envelope. Modelos de comunicações oficiais – espécies, finalidades, assinaturas e estruturas: apostila, ata, carta, cartão de visita, circular, comunicação interna, contrato, convênio, correio eletrônico, despacho, instrução normativa, nota informativa, nota técnica, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, regimento interno, resolução. O padrão ofício. Aviso e Ofício. Memorando. Exposição de Motivos. Noções básicas de arquivo. Princípios básicos da administração pública e servidores. Regras de hierarquia no serviço público. Bibliografia referencial e sites para estudo do conteúdo: Constituição da República Federativa do Brasil – arts. 37, e 39 a 41, acessível através do site: www.planalto.gov.br). **Manual de Redação e de Atos Oficiais.** <http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2007/480-2007-anexo1.pdf>. **Manual de Redação da Presidência da República** <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-darepublica/manual-de-redacao.pdf>.

Recurso indeferido.

Questão 26

No conteúdo programático do cargo de auxiliar de classe, está mencionado que é o a Constituição da República Federativa do Brasil. Portanto recurso indeferido. A alternativa correta é a letra “B”.

Recurso indeferido.

Questão 27

Na questão em tela, se pede a alternativa incorreta, e a única incorreta é a letra “C” de acordo com o Manual de Redação e de Atos Oficiais.

Portanto recurso indeferido. A alternativa correta é a letra “C”.

Recurso indeferido.

Questão 28

A pergunta foi tirada do Manual de Redação e de Atos Oficiais, que esta devidamente previsto no conteúdo programático do cargo. “AUXILIAR DE CLASSE Redação Oficial. Aspectos Gerais. Identidade Visual. Atos Oficiais: Medidas, Sistemática dos Instrumentos Normativos – artigos, parágrafos, incisos, alíneas, observações gerais e encaminhamento. Elaboração de documentos; Normas Gerais de Elaboração, siglas e acrônimos, vícios de linguagem, hífen, destaques – itálico, aspas, negrito, maiúsculas, minúsculas, enumerações, grafia de numerais, fecho para comunicações, identificação do signatário, autoridades - forma de tratamento, abreviatura, vocativo, destinatário e envelope. Modelos de comunicações oficiais – espécies, finalidades, assinaturas e estruturas: apostila, ata, carta, cartão de visita, circular, comunicação interna, contrato, convênio, correio eletrônico, despacho, instrução normativa, nota informativa, nota técnica, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, regimento interno, resolução. O padrão ofício. Aviso e Ofício. Memorando. Exposição de Motivos. Noções básicas de arquivo. Princípios básicos da administração pública e servidores. Regras de hierarquia no serviço público. Bibliografia referencial e sites para estudo do conteúdo: Constituição da República Federativa do Brasil – arts. 37, e 39 a 41, acessível através do site: www.planalto.gov.br).

Manual de Redação e de Atos Oficiais.
<http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2007/480-2007-anexo1.pdf>
<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-darepublica/manual-de-redacao.pdf>

Recurso indeferido.

Questão 29

De acordo com a página 37 do Manual de Redação e de Atos Oficiais, a tipologia é Times New Roman, “TIPOLOGIA: Times New Roman,” portanto a única alternativa correta na questão é a letra “A”. A questão fala que é de acordo com o Manual de Redação e de Atos Oficiais.

Recurso indeferido.

Cirurgião Dentista

Questão 18

Não são idênticas.

Recurso indeferido.

Questão 19

O Decreto 7.508/11 Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor **sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa**, e dá outras providências. Não se refere a financiamento.

ANÁLISE DO DECRETO

O Capítulo I que trata das disposições preliminares tem dois artigos.

O artigo 1º define que o decreto regulamenta alguns aspectos da lei 8080/90, que são a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

Outros aspectos como o financiamento e a transferência dos recursos financeiros, sobre os quais havia uma grande expectativa, não foram regulamentados.

Recurso indeferido.

Questão 20

A ausência da palavra “locais” na alternativa A, a tornou incompleta, podendo levar o candidato a erro.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 21

O tema consta no edital.

Conteúdo para todos profissionais da saúde

A Saúde Pública no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS). Redes de Atenção à Saúde. Modelos de Atenção à Saúde. Atenção Primária à Saúde. Protocolos do SUS. Gestão do SUS: diretrizes para a gestão do SUS; Descentralização; Regionalização; Financiamento; Regulação; Participação Popular; Responsabilidade sanitária das instâncias gestoras do SUS; Planejamento e Programação; Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria. Política Nacional da Atenção Básica. Vigilância em Saúde. Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil: retrospectiva histórica; reforma sanitária. Promoção à saúde. Controle social, conselhos e conferências municipais de saúde. Estratégia de Saúde da Família. Determinantes Sociais em Saúde.

Referências sugeridas

Recurso indeferido.

Questão 22

A alternativa D não se refere a uma das diretrizes elencadas na Política Nacional de Humanização que existe desde o Ano de 2003. A Questão não se refere à Portaria 399/06.

Recurso indeferido.

Questão 24

A síntese da definição não alterou seu contexto. Não há outra definição que se assemelha a descrita no enunciado. Portanto, não causa confusão no candidato.

Recurso indeferido.

Questão 25

Conta com toda sociedade civil, segue Print para melhor definição:

Orientações básicas sobre as Conferências de Saúde.

Apresentação

A Conferência de Saúde é, em conjunto com os Conselhos de Saúde, um dos principais espaços democráticos de construção de políticas de saúde no Brasil, bem como do controle social e da fiscalização da execução de políticas públicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A conferência de saúde é um amplo fórum de debates que conta com a participação de toda a sociedade civil e representantes do governo com a finalidade de avaliar, planejar e definir as ações e diretrizes que melhorem a qualidade dos serviços de saúde pública, proporcionando ganhos de qualidade de vida para toda a população e maiores condições para o desenvolvimento da sociedade. Ou seja, a conferência de saúde é um espaço de diagnóstico e debate que objetiva orientar o início do planejamento plurianual da gestão, em todas as esferas de governo.

Recurso indeferido.

Questão 26

A Triade de Hutchison presente na sífilis congênita cita a deformação dos dentes incisivos. O que não exclui a deformação dos molares. O cancro aparece em cavidade bucal na sífilis primária. Às características apresentadas na letra C não são de sífilis, mas sim de mononucleose.

Recurso indeferido.

Questão 27

A questão pede um fator de ordem GERAL que causa o retardamento da erupção dentária. A Anquilose é um fator local.

Recurso indeferido.

Questão 28

Barreira mecânica ou física são sinônimas.

Recurso indeferido.

Questão 30

O amortecedor das forças sobre o esmalte na mastigação é realizado pelo ligamento periodontal e não pela dentina

Recurso indeferido.

Enfermeiro

Questão 17

Segue print na publicação onde consta o termo intrassetorialidade.

Indissociabilidade se refere a Política Nacional de Humanização.

Valores e princípios

Os valores e princípios configuram-se como expressões fundamentais de todas as práticas e ações no campo de atuação da promoção da saúde.

A PNPS:

- a) reconhece a subjetividade das pessoas e dos coletivos no processo de atenção e cuidado em defesa da saúde e da vida;
- b) considera a solidariedade, a felicidade, a ética, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade, a justiça e a inclusão social como valores fundantes no processo de sua concretização;
- c) adota como princípios a equidade, a participação social, a autonomia, o empoderamento, a intersetorialidade, a intrasetorialidade, a sustentabilidade, a integralidade e a territorialidade.

Recurso indeferido.

Questão 20

A questão pede qual NÃO é uma das diretrizes da PNH – alternativa D.

“...a **gestão participativa** é um valioso instrumento para a construção de mudanças nos modos de gerir e nas práticas de saúde, contribuindo para tornar o atendimento mais eficaz/efetivo e motivador para as equipes de trabalho. A cogestão é um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer coletivo, sendo portanto uma diretriz ético política que visa democratizar as relações no campo da saúde”.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Gestão participativa e cogestão / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

A **Clínica Ampliada** reconhece que, em um dado momento e situação singular, pode existir uma predominância, uma escolha, ou a emergência de um enfoque ou de um tema, sem que isso signifique a negação de outros enfoques e possibilidades de ação.

...

A complexidade da clínica em alguns momentos provoca sensação de desamparo no profissional, que não sabe como lidar com essa complexidade. O reconhecimento da complexidade deve significar o reconhecimento da **necessidade de compartilhar** diagnósticos de problemas e propostas de solução. Este compartilhamento vai tanto na direção da equipe de saúde, dos serviços de saúde e da ação intersetorial, como no sentido dos usuários. Ou seja, por mais que frequentemente não seja possível, diante de uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, uma solução mágica e unilateral, se aposta que aprender a fazer algo de forma compartilhada é infinitamente mais potente do que insistir em uma abordagem pontual e individual.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 64 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Recurso indeferido.

Questão 21

De acordo com o Decreto 7.508/11 Mapa de saúde que se refere a **descrição** geográfica. **Região de saúde é espaço geográfico.**

Os serviços especiais de acesso aberto se referem a ações específicas para o atendimento da pessoa que teve algum agravo devido ao trabalho.

Recurso indeferido.

Questão 26

O enfermeiro deve estar atualizado quanto a administração de medicamentos, vacinas, protocolos e nota técnica publicados. A nota técnica é posterior a referência do guia de vigilância.

Recurso indeferido.

Questão 28

Recém-nascido – é de 0,5 ml no vasto lateral da coxa. Em bebê com idade de 1 mês a 2 anos, vasto lateral da coxa é de 1 ml.

Referências: BOORK, 2005; HOCKENBERRY ET AL. 2018; KAWAMOTO, 2018; SHEPHERD, 2018; GARMAGNANI, 2019; POTTER, PERRY, ELKIN, 2021.

Recurso indeferido.

Farmacêutico

Questão 17

São as publicações referente a Política Nacional da Promoção da Saúde na sua totalidade.

Recurso indeferido.

Questão 21

Agravo ou situação laboral = agravo ou situação relacionada à saúde do trabalhador.

Recurso indeferido.

Questão 27

No edital consta fármacos que atuam no sistema digestório. Assistência farmacêutica e dispensação abrange conhecimento em todas as classes para efetuar um trabalho de qualidade e segurança ao paciente.

Recurso indeferido.

Questão 29

O profissional deve deter conhecimento de toda legislação que ampara sua atuação.

Recurso indeferido.

Fisioterapeuta

Questão 20

A questão pede qual NÃO é uma das diretrizes da PNH – alternativa D.

“...a **gestão participativa** é um valioso instrumento para a construção de mudanças nos modos de gerir e nas práticas de saúde, contribuindo para tornar o atendimento mais eficaz/efetivo e motivador para as equipes de trabalho. A cogestão é um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer coletivo, sendo portanto uma diretriz ético política que visa democratizar as relações no campo da saúde”.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Gestão participativa e cogestão / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

A **Clínica Ampliada** reconhece que, em um dado momento e situação singular, pode existir uma predominância, uma escolha, ou a emergência de um enfoque ou de um tema, sem que isso signifique a negação de outros enfoques e possibilidades de ação.

...

A complexidade da clínica em alguns momentos provoca sensação de desamparo no profissional, que não sabe como lidar com essa complexidade. O reconhecimento da complexidade deve significar o reconhecimento da **necessidade de compartilhar** diagnósticos de problemas e propostas de solução. Este compartilhamento vai tanto na direção da equipe de saúde, dos serviços de saúde e da ação intersetorial, como no sentido dos usuários. Ou seja, por mais que frequentemente não seja possível, diante de uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, uma solução mágica e unilateral, se aposta que aprender a fazer algo de forma compartilhada é infinitamente mais potente do que insistir em uma abordagem pontual e individual.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 64 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Recurso indeferido.

Questão 21

Agravo ou situação laboral = agravo ou situação relacionado a saúde do trabalhador.

Recurso indeferido.

Questão 30

A questão possui duas respostas corretas.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Médico Cardiologista

Questão 30

De acordo a 7ª diretrizes Brasileira de hipertensão arterial, a insuficiência cardíaca é uma consequência tanto tardia quanto precoce da elevação crônica da pressão arterial.

Recurso indeferido.

Médico Clínico Geral

Questão 16

No enunciado menciona os itens sobre os eixos operacionais. O disposto no recurso se refere aos valores e princípios. Na questão propriamente dita, exige a descrição na íntegra dos tópicos dispostos na referida política.

Recurso indeferido.

Questão 17

Segue print na publicação onde consta o termo intrasetorialidade.

Indissociabilidade se refere a Política Nacional de Humanização.

Valores e princípios

Os valores e princípios configuram-se como expressões fundamentais de todas as práticas e ações no campo de atuação da promoção da saúde.

A PNPS:

- a) reconhece a subjetividade das pessoas e dos coletivos no processo de atenção e cuidado em defesa da saúde e da vida;
- b) considera a solidariedade, a felicidade, a ética, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade, a justiça e a inclusão social como valores fundantes no processo de sua concretização;
- c) adota como princípios a equidade, a participação social, a autonomia, o empoderamento, a intersetorialidade, a intra-setorialidade, a sustentabilidade, a integralidade e a territorialidade.

Recurso indeferido.

Questão 21

Agravo ou situação laboral = agravo ou situação relacionada à saúde do trabalhador.

De acordo com o Decreto 7.508/11 Mapa de saúde que se refere a **descrição** geográfica. **Região de saúde é espaço geográfico.**

Os serviços especiais de acesso aberto se referem a ações específicas para o atendimento da pessoa que teve algum agravo devido ao trabalho.

Recurso indeferido.

Questão 24

O termo “seguintes” causou inconsistência ao enunciado.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 25

Segue print da Lei 8.080/90:

CAPÍTULO II

Dos Princípios e Diretrizes

Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

- I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- V - direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- VI - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

Recurso indeferido.

Questão 30

A descrição na alternativa “D” se refere às manifestações clínicas da peste bubônica e não da peste septicêmica primária como descrita na alternativa.

Recurso indeferido.

Motorista Socorrista

Questão 28

A única alternativa correta na questão é a letra “C”, pois nunca se deve dar água para a vítima. Pois a hemorragia não se deve ser estancada de qualquer maneira. Recurso indeferido. Gabarito mantido. Alternativa correta é a letra “C”.

Recurso indeferido.

Professor AEE (atendimento educacional especializado) (40H SEMANAIS), Professor AEE (atendimento educacional especializado) (20H SEMANAIS), Professor de Educação Física, Professor Anos Iniciais (40H SEMANAIS), Professor Anos Iniciais (20H SEMANAIS) e Professor Educação Infantil (40H SEMANAIS)

Questão 16

O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital. As informações contidas nos itens I e III estão corretas e de acordo com o referencial citado no enunciado da questão. Quanto a uma das fontes indicadas por alguns candidatos, não tem fundamento, pois trata-se de um projeto de lei não homologado e, além disso, os artigos apresentados não condizem com o texto original apresentado ao senado e nem à câmara dos deputados. Ademais, a candidata precisa ser mais específica quanto aos pontos apresentados porque não é possível compreender o que de fato ela argumenta como justificativa para anulação da questão. Lembramos que os candidatos devem apresentar textos claros, com embasamento e justificativa plausível.

Recurso indeferido.

Questão 24

As informações contidas nos itens II e III estão corretas e de acordo com o referencial citado no enunciado da questão. Quanto a fonte indicada pela candidata não tem fundamento, pois trata-se de um projeto de lei não homologado e, além disso, os artigos apresentados não condizem com o texto original apresentado ao senado e nem à câmara dos deputados. Ademais, a candidata precisa ser mais específica quanto aos pontos apresentados porque não é possível compreender o que de fato ela argumenta como justificativa para anulação da questão. Lembramos que os candidatos devem apresentar textos claros, com embasamento e justificativa plausível. O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital.

Recurso indeferido.

Professor AEE (atendimento educacional especializado) (40H SEMANAIS)

Questão 29

A fonte indicada pela candidata não tem fundamento, pois trata-se de um projeto de lei não homologado e, além disso, os artigos apresentados não condizem com o texto original apresentado ao senado e nem à câmara dos deputados. Ademais, a candidata precisa ser mais específica quanto aos pontos apresentados porque não é possível compreender o que de fato ela argumenta como justificativa para anulação da questão. Lembramos que os candidatos devem apresentar textos claros, com embasamento e justificativa plausível.

Recurso indeferido.

Professor Anos Iniciais (40H SEMANAIS), Professor Anos Iniciais (20H SEMANAIS), Professor de Educação Física e Professor Educação Infantil (40H SEMANAIS)

Questão 17

O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital.

Recurso indeferido.

Questão 18

O gabarito está correto e em conformidade com o referencial utilizado na questão. Além disso, o referencial está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital. Ainda, destacamos que a palavra “nacionais” no final da alternativa (b) faz alusão aos símbolos da República Federativa do Brasil (que são quatro), por isso encontra-se no plural, assim como no referencial indicado no enunciado.

Recurso indeferido.

Questão 19

O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital.

Recurso indeferido.

Professor Anos Iniciais (40H SEMANAIS) e Professor Educação Infantil (40H SEMANAIS)

Questão 23

Todas as afirmativas são verdadeiras, com base no referencial utilizado em questão.

Recurso indeferido.

Professor Anos Iniciais (40H SEMANAIS)

Questão 29

O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital.

Recurso indeferido.

Questão 30

O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital.

Recurso indeferido.

Professor Anos Iniciais (20H SEMANAIS)

Questão 27

A candidata precisa ser mais específica quanto aos pontos apresentados porque não é possível compreender o que de fato ela argumenta como justificativa para anulação da questão. Lembramos que os candidatos devem apresentar textos claros, com embasamento e justificativa plausível.

Recurso indeferido.

Professor de Educação Física

Questão 25

O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital.

Recurso indeferido.

Questão 26

O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital.

Recurso indeferido.

Questão 28

O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital.

Recurso indeferido.

Questão 30

O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital.
Recurso indeferido.

Professor Educação Infantil (40H SEMANAIS)

Questão 20

O referencial utilizado nesta questão está de acordo com o conteúdo programático previsto em Edital.
Recurso indeferido.

Psicólogo

Questão 17

A opção correta é a alternativa D.
Referência: Cartilha do Conselho Federal de Psicologia - Código de Ética.
Recurso indeferido.

Questão 19

A opção correta é a alternativa E.
Referência: Cartilha do Conselho Federal de Psicologia - Código de Ética.
Recurso indeferido.

Questão 20

A opção correta é a alternativa A.
Referência: Cartilha do Conselho Federal de Psicologia - Edição especial do Código de Ética Profissional - Marcos relevantes da psicologia no Brasil.
Recurso indeferido.

Questão 21

A opção correta é a alternativa E.
Referência: Psicodiagnóstico - V
Jurema Alcides Cunha, 2007.
Recurso indeferido.

Questão 29

A opção correta é a alternativa D.
Referência: Desenvolvimento Humano
Diane Papalia.
Recurso indeferido.

Questão 30

A opção correta é a alternativa A.
Referência: Psicodiagnóstico - V, 2007
Jurema Alcides Cunha .
Recurso indeferido.

Técnico em Enfermagem

Questão 18

Os temas cobrados estavam descritos no edital (conteúdo programático – Anexo II).
Recurso indeferido.

Questão 20

A questão pede qual NÃO é uma das diretrizes da PNH – alternativa D.

“...a **gestão participativa** é um valioso instrumento para a construção de mudanças nos modos de gerir e nas práticas de saúde, contribuindo para tornar o atendimento mais eficaz/efetivo e motivador para as equipes de trabalho. A cogestão é um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer coletivo, sendo portanto uma diretriz ético política que visa democratizar as relações no campo da saúde”.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Gestão participativa e cogestão / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

A **Clínica Ampliada** reconhece que, em um dado momento e situação singular, pode existir uma predominância, uma escolha, ou a emergência de um enfoque ou de um tema, sem que isso signifique a negação de outros enfoques e possibilidades de ação.

...

A complexidade da clínica em alguns momentos provoca sensação de desamparo no profissional, que não sabe como lidar com essa complexidade. O reconhecimento da complexidade deve significar o reconhecimento da **necessidade de compartilhar** diagnósticos de problemas e propostas de solução. Este compartilhamento vai tanto na direção da equipe de saúde, dos serviços de saúde e da ação intersetorial, como no sentido dos usuários. Ou seja, por mais que frequentemente não seja possível, diante de uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, uma solução mágica e unilateral, se aposta que aprender a fazer algo de forma compartilhada é infinitamente mais potente do que insistir em uma abordagem pontual e individual.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 64 p. : il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Recurso indeferido.

Questão 21

Agravo ou situação laboral = agravo ou situação relacionada à saúde do trabalhador.

De acordo com o Decreto 7.508/11 Mapa de saúde que se refere a **descrição geográfica. Região de saúde é espaço geográfico.**

Os serviços especiais de acesso aberto se referem a ações específicas para o atendimento da pessoa que teve algum agravo devido ao trabalho.

Recurso indeferido.

Questão 24

O termo “seguintes” causou inconsistência ao enunciado.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Questão 26

O profissional de enfermagem deve obter conhecimento para exercer sua função com segurança e consequentemente prestar uma assistência de qualidade, efetiva e segura. O técnico em enfermagem não vai prescrever, mas vai administrar o medicamento, cabendo a ele, o profissional, ter conhecimento do medicamento, suas interações, mecanismo de ação, vias de administração, posologia e apresentações. Sem o devido conhecimento, o profissional colocará a vida do paciente em risco.

Recurso indeferido.

Questão 28

A referência utilizada foi cadernos de atenção básica a qual não possui grau 4. Cadernos de atenção básica consta no edital. Referência: Manual do pé diabético.

No Quadro 3.1, é apresentada a classificação de risco do Pé Diabético recomendada pelo Caderno de Atenção Básica nº 36 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Diabetes Mellitus (BOULTON et al., 2008; BRASIL, 2013). Quanto maior o grau classificado, maior o risco do indivíduo em desenvolver uma úlcera e/ou requerer uma amputação ao longo do tempo. Essa classificação deve ser usada para nortear a conduta de cuidado e de acompanhamento do profissional após a avaliação inicial (BRASIL, 2013).

Quadro 3.1 - Classificação de risco do Pé Diabético

Categoria de risco	Situação Clínica
Grau 0	Neuropatia ausente.
Grau 1	Neuropatia presente com ou sem deformidades (dedos em garra, dedos em martelo, proeminências em antepé, Charcot).
Grau 2	Doença arterial periférica com ou sem neuropatia presente.
Grau 3	História de úlcera e/ou amputação.

Fonte: Boulton et al., 2008; Brasil, 2013.

Recurso indeferido.

Questão 29

A alternativa correta da questão é a “E”.

https://butantan.gov.br/assets/pdf/soros_vacinas/vacinas/Bula-Vacina-Adsorvida-Hepatite-B-Recombinante-Instituto-Butantan-Paciente-Consulta-Remedios.pdf

PRAZO DE VALIDADE:

O prazo de validade da vacina adsorvida hepatite B (recombinante) é de 24 meses a partir da data de fabricação, desde que mantida sob refrigeração à temperatura entre +2°C e +8°C e deve ser respeitado rigorosamente. Nunca use vacina com o prazo de validade vencido, pois ela pode não produzir o efeito desejado.

Número de lote e datas de fabricação e validade: vide embalagem.

Não use medicamento com o prazo de validade vencido. Guarde-o em sua embalagem original.

- Depois de aberto, este medicamento pode ser utilizado em até 15 dias, se mantido em condições assépticas e sob refrigeração à temperatura entre +2°C a +8°C.

Recurso deferido, a resposta correta será alterada para a alternativa “E”.

Questão 30

em diversas referências os valores dos sinais vitais se apresentam diferentes.

Para Berman et al 2022, mostra que os valores para crianças de 10 anos é de 50 a 90 bpm.

FREQUENCIAS CARDÍACAS NORMAIS (POR MINUTO) POR IDADE			
IDADE	FC PACIENTE ACORDADO	MÉDIA	FC PACIENTE DORMINDO
RN - 3 meses	85 a 205	140	80 a 160
3 meses - 2 anos	100 a 190	130	75 a 160
2 - 10 anos	60 a 140	80	60 a 90
> 10 anos	60 a 100	75	50 a 90

PALS. AHA

Recurso deferido, a questão será anulada.

Terapeuta Ocupacional

Questão 21

Houve erro de digitação, no enunciado possui o termo “exceto”, erro que invalida a questão por apresentar duplo sentido.

Recurso deferido, a questão será anulada.

Florianópolis, 23 de novembro de 2.022

Banca Examinadora do Concurso Público – Edital 50/2022 da PM de Pomerode-SC